



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

# Credenciamento

001/2026

## CONTRATANTE

*Prefeitura Municipal de Fagundes-PB*

## OBJETO

**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO VEÍCULOS, MÁQUINAS PESADAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE FAGUNDES-PB, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.**

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)**

## PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

**12 (doze) Meses**

**ENDEREÇO: <https://licitanet.com.br/>**



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.**

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES, ESTADO DA PARAÍBA**, por meio da Comissão de Contratação, sediado(a) RUA QUEBRA QUILOS, S/N - CENTRO - FAGUNDES - PB, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **2. DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados para **EVENTUAL MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO VEÍCULOS, MÁQUINAS PESADAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE FAGUNDES-PB, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.878, de 2024 combinado com o Art. 79, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

2.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

3.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos.

3.2. Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;

3.3. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão participar do credenciamento:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. pessoa jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do credenciamento, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

3.8. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.6.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

<b>4. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.</b>
---

4.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados na plataforma eletrônica e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico, através do sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

4.1.1. A proposta de credenciamento compreende na apresentação do requerimento para Cadastramento (Anexo II), que deverá ser apresentada em papel com a identificação da empresa



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

interessada, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável legal da proponente, devendo conter a Razão Social, Endereço completo, CEP, Telefones, Fax, E-mail caso haja, e número do CNPJ.

4.1.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado, concomitantemente com os documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no item 6 neste Edital, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente essa etapa de envio da referida documentação.

4.1.3. **Os documentos exigidos no Item 6, bem como o Requerimento para Credenciamento, deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, a partir do dia 04 de fevereiro de 2026 até às 23:59 horas do dia 16 de fevereiro de 2026.**

4.1.3.1. Ultrapassando o prazo descrito no item 4.1.3, os interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de demanda, necessidade e conveniência da Administração.

4.1.4. O envio da proposta, (Anexo II) acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de "senha" de acesso ao sistema eletrônico.

4.1.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do CREDENCIAMENTO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.2. A Prefeitura Municipal de Fagundes/PB, através da Comissão de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

4.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.4. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília – DF

4.5. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

4.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do objeto.

4.8. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.9. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

5.2. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

5.3. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

5.5. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

5.6. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

5.7. A indicação de "SERVIÇO" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso dos serviços executados pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

5.8. O envio eletrônico da proposta corresponde à declaração, por parte do licitante, que cumpre plenamente os requisitos definidos para Habilitação, bem como de que está ciente e concorda com todas as condições contidas neste Edital e seus anexos.

5.9. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

5.10. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta correspondente, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

## **6. DA HABILITAÇÃO**

6.1. Para habilitar-se ao credenciamento, o interessado deverá requerê-lo através de Proposta de Credenciamento junto a Prefeitura Municipal de Fagundes/PB, declarando conhecer e concordar com os termos do Edital, apresentando a seguinte documentação:

6.1.1. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (REGULARIDADE JURÍDICA):**

6.1.1.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente do (s) representante (s) legal (is);

6.1.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

6.1.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

6.1.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

6.1.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.1.6. Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

- 6.1.1.7. Em caso de cooperativas, conforme o art. 19, § 3º, da IN SLTI/MPOG nº 2/2008;
- 6.1.1.8. Inscrição do ato constitutivo deve estar acompanhada de prova dos responsáveis legais;
- 6.1.1.9. Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
- 6.1.1.10. Ata de Fundação;
- 6.1.1.11. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;
- 6.1.1.12. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da Assembleia que os aprovou;
- 6.1.1.13. Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias; e,
- 6.1.1.14. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

**6.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- 6.1.2.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014);
- 6.1.2.3. Prova de regularidade para com a Receita Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 6.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 6.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e,
- 6.1.2.7. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

**6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

6.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

**6.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA PESSOA JURÍDICA**

6.1.4.1. Atestado de capacidade técnica fornecida por pessoa de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou esteja fornecendo os materiais e executou os serviços compatíveis com o objeto deste credenciamento.

**6.1.5. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES**

6.1.5.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; Anexo III.

6.1.5.2. Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do envio das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021; Anexo III.

6.1.5.3. Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal; Anexo III.

6.1.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no (art. 156, §5º, da Lei 14.133), conforme Anexo III.

6.1.5.5. Declaração de não ocupação de cargo de funcionário público, nos termos do parágrafo quarto do artigo 26 da Lei 8.080/90, conforme Anexo III.

6.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.2.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

6.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

6.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

**7. DOS RECURSOS**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

- 7.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
- 7.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão;
  - 7.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 7.4. Os recursos deverão ser encaminhados de forma eletrônica, pelos seguintes meios:  
<https://https://licitanet.com.br/>.
- 7.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 7.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
  - 8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
  - 8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
  - 8.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 8.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
  - 8.1.6. fraudar o credenciamento;
  - 8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 8.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 8.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 8.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 8.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

8.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 8.2.1. advertência;
- 8.2.2. multa;
- 8.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 que



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 8.1.3 e 8.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

9.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://licitanet.com.br/>.

9.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

## **10. DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO**

10.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de chamamento público/credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado neste processo, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou, com vigência igual à do referido edital.

10.2. Durante a vigência do edital de chamamento público, incluída as suas republicações, a contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.

10.3. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação da ADMINISTRAÇÃO em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o Município poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

## **11. DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Após divulgação dos interessados credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

11.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias.

11.4. O prazo de que trata o item 11.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

11.5. São de inteira responsabilidade do (a) Contratado (a) todas as obrigações pelos encargos previdenciários fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do Contrato e previstos em lei.

11.6. O (a) contratado (a) é responsável pelos danos causados, diretamente a **ADMINISTRAÇÃO** e seus beneficiários, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

11.7. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

11.8. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

<b>12. DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.</b>
---

12.1. Os credenciados prestarão os serviços de forma rotativa e/ou simultânea, conforme a ordem cronológica de credenciamento, de acordo com a demanda e mediante solicitação prévia do Município.

12.2. No que se refere aos critérios de rodízio entre as empresas, adotar-se-ão os seguintes parâmetros:

12.2.1. Para a contratação dos credenciados, as empresas habilitadas serão divididas em GRUPOS, considerando as seguintes definições:

**12.2.1.1. Grupo 1 - TERRITÓRIO LOCAL: Corresponde as empresas sediadas nos limites geográficos do Município de Fagundes-PB;**

**12.2.1.2. Grupo 2 - TERRITÓRIO ESTADUAL: Corresponde as empresas sediadas nos limites geográficos do Estado da Paraíba;**

**12.2.1.3. Grupo 3 - TERRITÓRIO REGIONAL: Corresponde as empresas sediadas nos limites geográficos da Região Nordeste;**

**12.2.1.4. Grupo 4 - TERRITÓRIO NACIONAL: Corresponde as demais empresas sediadas nos limites geográficos do Brasil.**

12.2.2. Entre os grupos de empresas, será observada a seguinte ordem de prioridade para contratação:

12.2.2.1. O Grupo 1 terá prioridade na execução do contrato sobre os demais grupos;

12.2.2.2. O Grupo 2 terá prioridade na execução do contrato sobre os Grupos 3 e 4;

12.2.2.3. O Grupo 3 terá prioridade na execução do contrato sobre o Grupo 4.

12.2.3. As empresas pertencentes aos grupos de menor prioridade (Grupos 3 e 4) somente serão consideradas para a execução contratual quando todas as possibilidades de contratação dos grupos prioritários (Grupo 1 e Grupo 2) tiverem sido exauridas.

12.2.4. Entretanto, a Administração Pública poderá optar pela contratação de empresas de grupos de menor prioridade, quando o valor oferecido for mais vantajoso para a Administração,



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

em termos de custo-benefício, sem prejudicar o atendimento ao interesse público e à qualidade do serviço prestado.

12.2.5. A divisão estabelecida anteriormente é essencial para o bom funcionamento dos serviços públicos, pois assegura a continuidade da operação da frota municipal de veículos e máquinas. O objetivo é, portanto, agilizar a execução dos serviços, facilitar a fiscalização in loco e o acompanhamento das atividades, assegurando, assim, o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade, o que torna a classificação mencionada acima ainda mais relevante, sempre com o objetivo de atender ao interesse público.

12.2.6. As empresas enquadradas nos Grupos 3 e 4 devem arcar com os custos de deslocamento dos veículos, logística, frete, taxas, impostos e outros custos adicionais, caso sejam incididos, comprometendo-se ainda a realizar a entrega dentro do prazo exigido pela administração.

12.2.7. A contratação das empresas de um mesmo grupo será realizada considerando a ordem cronológica de credenciamento.

12.2.8. A lista de empresas credenciadas será atualizada todo dia primeiro de cada mês, incluindo no rodízio, caso haja, empresas novas que houverem se credenciado até o dia 20 do mês anterior;

12.3. As convocações para a realização da manutenção deverão ocorrer considerando o menor valor ofertados dentre os credenciados de cada grupo, de acordo com os tipos de serviços prestados pelas empresas, observando sempre a isonomia entre as credenciadas, sem prejuízo da classificação estabelecida no "subitem 12.2.1".

12.4. Quando da convocação para a realização da manutenção, a Unidade Solicitante deverá verificar a ordem cronológica das credenciadas. O serviço será distribuído entre as credenciadas de acordo com essa ordem.

12.5. Os orçamentos e ordens de serviço serão encaminhados para as 03 (três) primeiras credenciadas e as 03 (três) credenciadas seguintes à última aprovação e autorização de orçamento.

12.6. Quando se tratar de demanda vinculada, derivada ou complementar, a uma demanda já cadastrada, a distribuição será dirigida, preferencialmente, para a credenciada que já esteja atuando no serviço ou, no caso de impossibilidade desta, para outra que já atuou.

12.7. Para as revisões realizadas dentro do período de garantia legal dos veículos, estas não seguirão ordem de classificação, sendo realizadas pela empresa vendedora do veículo ou autorizada da marca.

12.8. A contar do recebimento do veículo na oficina, a Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, "orçamento" contendo marca da peça, e descrição dos reparos a serem realizados para aprovação do fiscal ou responsável da Secretaria solicitante, discriminando: as peças a serem substituídas, com o respectivo valor unitário de cada peça, o valor da mão de obra e o prazo previsto para o conserto e devolução do veículo.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

12.9. Se alguma das credenciadas na ordem do rodízio não realizar o orçamento solicitado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a Secretaria deverá solicitar ao próximo fornecedor credenciado, seguindo a ordem cronológica, para elaborar o orçamento de serviços de manutenção.

12.10. Após avaliação, e havendo aprovação, a Contratante autorizará a realização do serviço no fornecedor credenciado que apresentou o orçamento com o menor valor dentre os 03 (três) solicitados. A partir da autorização, inicia o prazo estabelecido no orçamento apresentado pela credenciada, para a execução dos serviços e a devolução do veículo, devidamente testado, e que poderá ser prorrogado a pedido do fornecedor mediante justificativa.

12.11. Após a emissão da ordem de serviço, a Contratada deverá dar início à prestação dos serviços imediatamente.

12.12. Nos casos em que o mecânico da Prefeitura for responsável em realizar a identificação mencionada, a empresa credenciada receberá a solicitação contendo os serviços e as peças necessárias para o atendimento.

12.13. O orçamento deve conter as especificações dos serviços a serem realizados, a descrição das peças necessárias, o tempo estimado para execução dos serviços, o valor unitário, marca e código de cada peça/serviço e todas as demais informações necessárias ao atendimento da situação.

12.14. Durante esse processo, o fiscal responsável deverá avaliar a necessidade de incluir peças originais ou genuínas, levando em consideração que essa escolha pode impactar o preço final. A avaliação deve considerar o custo-benefício para a administração municipal, garantindo que a decisão tomada seja a mais adequada para a manutenção do veículo ou máquina, sendo a escolha devidamente justificada.

12.15. Caso se admita o fornecimento de peças de marcas paralelas, em qualidade idêntica ou semelhante à original, o fiscal responsável deverá detalhar, no momento da convocação, as especificações pretendidas, sempre considerando o interesse público e a opção mais vantajosa a longo prazo;

**12.16. Justificativa Técnica acerca do critério de distribuição da demanda:**

12.16.1. Em observância aos princípios da eficiência, economicidade, isonomia, impessoalidade e atendimento ao interesse público, a presente contratação adota critérios objetivos para a distribuição da demanda entre os credenciados, estabelecendo uma lógica de rodízio fundamentada na ordem cronológica de credenciamento e na localização territorial das empresas.

12.16.2. Os credenciados foram organizados em grupos geográficos (local, estadual, regional e nacional), com prioridade de contratação definida conforme a proximidade em relação ao Município, considerando-se os seguintes fatores técnicos:

12.16.2.1. Agilidade na prestação do serviço, com menor tempo de deslocamento;

12.16.2.2. Facilidade de fiscalização in loco por parte da Administração;

12.16.2.3. Redução de custos logísticos, de transporte e de manutenção preventiva/corretiva;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

12.16.2.4. Melhoria no controle operacional dos serviços e na gestão da frota pública.

12.16.3. O critério territorial adotado não elimina a competitividade entre os credenciados, uma vez que as convocações ocorrerão prioritariamente entre aqueles com menor valor ofertado por serviço, dentro de cada grupo, conforme previsto no item 12.3 do edital.

12.16.4. Além disso, a Administração se resguarda a possibilidade de, de forma fundamentada, priorizar fornecedores de grupos geográficos mais distantes (Grupos 3 e 4) nos casos em que tal escolha se revele mais vantajosa em termos de custo-benefício global para o erário, sempre observando a qualidade do serviço e o atendimento ao interesse público (item 12.2.4 do edital).

12.16.5. A lista de credenciados será atualizada mensalmente, promovendo dinamicidade e respeito à isonomia, garantindo o equilíbrio entre a necessidade de continuidade e celeridade da prestação dos serviços e a ampla participação dos fornecedores no processo.

12.16.6. Desta forma, a metodologia adotada para distribuição da demanda visa garantir a racionalidade administrativa, o melhor uso dos recursos públicos e o cumprimento dos princípios previstos no art. 2º da Lei nº 9.784/1999 e art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

<b>13. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO</b>
---

13.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

13.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

13.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

13.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 15 (quinze) dias;

13.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

13.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

13.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

13.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 13.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

13.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 13.4.2 e 13.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

13.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

13.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

**14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL**

14.1. O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

**15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

15.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.5.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.5.2. ANEXO II - Modelo da Carta-Proposta para Credenciamento
- 15.5.3. ANEXO III - Modelo de Declarações
- 15.5.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Credenciamento

FAGUNDES-PB, 16 de janeiro de 2026

**WILMAR LEMOS MARANHÃO JÚNIOR**  
*Prefeito*



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**1.0 DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto do presente Termo de Referência o pretenso: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO VEÍCULOS, MÁQUINAS PESADAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE FAGUNDES-PB, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.**

**1.2** A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**1.3** A prestação dos serviços não gera vínculo entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**2.0 DO VALOR ESTIMADO**

**2.1** O valor estimado da contratação se deu em função do consumo e utilização foram devidamente definidos mediante observância ao histórico de fornecimento do ano anterior:

Item	Descrição	Valor Total Estimado Anual
1	<b>FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO DA FROTA</b>	<b>R\$ 960.000,00</b>
2	<b>FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NECESSÁRIA A MANUTENÇÃO DA FROTA</b>	<b>R\$ 240.000,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.200.000,00</b>

**3.0 DO DETALHAMENTO DO SERVIÇO**

**3.1** A solução proposta para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas pesadas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes ao Município de Fagundes será realizada por meio de um processo de credenciamento de oficinas, lojas de autopeças e similares interessadas em fornecer seus serviços e produtos para o município.

**3.2** Credenciamento de Oficinas e Fornecedores de Peças:



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**3.2.1** O processo de credenciamento visa selecionar empresas qualificadas para prestar serviços de manutenção em conformidade com as normas técnicas e regulamentações pertinentes. Através do credenciamento, o município estará habilitado a firmar contratos com oficinas especializadas, que oferecerão serviços de manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de peças e componentes originais e de qualidade. O objetivo é garantir a confiabilidade, durabilidade e desempenho dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados pela administração municipal.

**3.3** Ciclo de Vida do Objeto:

**3.3.1** Considerando o ciclo de vida dos equipamentos e veículos pertencentes ao município, a solução proposta inclui não apenas a execução de serviços de manutenção, mas também o fornecimento de peças e componentes necessários, assegurando que os bens municipais mantenham sua funcionalidade e eficiência ao longo de sua vida útil. As atividades de manutenção preventiva serão realizadas periodicamente, com o objetivo de evitar quebras inesperadas, enquanto a manutenção corretiva será executada sempre que identificado um defeito ou falha no funcionamento dos equipamentos.

**3.4** Especificação do Produto:

**3.4.1** Para garantir a qualidade e a durabilidade dos serviços, as oficinas credenciadas deverão atender às especificações técnicas exigidas para cada tipo de veículo, máquina ou equipamento. A utilização de peças originais ou com equivalência técnica reconhecida será obrigatória, de forma a garantir a eficácia e segurança das manutenções realizadas.

**3.5** Dos serviços mecânicos para manutenção preventiva e corretiva:

- 3.5.1** Mecânica geral;
- 3.5.2** Sistemas de injeção eletrônica;
- 3.5.3** Suspensão;
- 3.5.4** Ar condicionado;
- 3.5.5** Lanternagem;
- 3.5.6** Pintura;
- 3.5.7** Tapeçaria;
- 3.5.8** Elétrica em geral.
- 3.5.9** Etc.

**3.6 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Compreenderá o exame do veículo/máquina em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação da parte elétrica, eletrônica, motor, suspensão, vidros,



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

camagem, substituição de pneus, balanceamento, alinhamento, sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, mecânica em geral e outros, tudo de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para cada veículo/máquina. Compreende ainda teste geral de funcionamento, bem como laudo técnico da condição do veículo. São exemplos de manutenção preventiva para veículos (relação meramente exemplificativa):

- 3.6.1** Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas e camagem;
- 3.6.2** Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
- 3.6.3** Lubrificação e elementos filtrantes de veículos;
- 3.6.4** Reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, correias de alternador/gerador, etc.;
- 3.6.5** Substituição de itens do motor;
- 3.6.6** Limpeza de motor e bicos injetores;
- 3.6.7** Regulagens de bombas e bicos injetores;
- 3.6.8** Limpeza, higienização e lavagem de veículos;
- 3.6.9** Revisão de fábrica.
- 3.6.10** Outros serviços constantes no manual dos veículos ou por orientação da equipe da Prefeitura Municipal de Fagundes.

**3.7 Manutenção Corretiva** - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, podendo também, quando necessário, ser executado no local onde se encontrem, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva para veículos (relação meramente exemplificativa):

- 3.7.1** Serviços de retífica de motor;
- 3.7.2** Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- 3.7.3** Serviços de instalação elétrica;
- 3.7.4** Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- 3.7.5** Capotaria;
- 3.7.6** Tapeçaria;
- 3.7.7** Borracharia;
- 3.7.8** Chaveiro;
- 3.7.9** Funilaria e pintura;
- 3.7.10** Serviços no sistema de arrefecimento;
- 3.7.11** Serviços no sistema de ar-condicionado;





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**3.7.12** Revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular (para veículos).

**3.8** Do fornecimento de peças

**3.8.1** As peças, componentes, lubrificante, pneus, equipamentos e acessórios utilizados na reposição serão fornecidos pela contratada, os quais deverão ser novas, sem uso, genuínas, originais de primeira linha ou peça de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original (ABNT NBR 15296), tudo conforme a definição abaixo:

**3.8.1.1** PEÇAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, para fins do objeto deste edital, todos os componentes fabricados por fornecedores que abastecem as montadoras e distribuídas diretamente no mercado varejista (autopeças), sendo assim fica determinado que este produto seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, por recondicionamento ou remanufatura com a marca registrada e embalada na caixa original.

**3.8.1.2** PEÇA GENUÍNA o produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, ou seja, com a chancela estampada no produto e na embalagem da montadora, determinando que este produto tenha sido aprovado pelo controle de qualidade e seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, recondicionamento ou remanufatura.

**3.8.1.3** PEÇAS DE REPOSIÇÃO PADRÃO ABNT NBR 15296, aquelas que possuam as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

**3.8.1.4** Em situações especiais, levando em consideração que a frota do Município também é composta de alguns veículos já fora de fabricação e com dificuldades de se encontrar peças novas, ou ainda, que o custo da peça nova inviabilize o reparo, PODERÃO ser aceitos, outros tipos de peças (paralelas, recondicionadas, remanufaturadas), desde que não comprometa o uso e segurança do veículo. Situação que deverá ser analisada previamente e individualmente pelo MUNICÍPIO que poderá ou não aceitar tais peças.

**3.8.1.5** As peças substituídas, quando da execução dos serviços, deverão ser devolvidas ao CONTRATANTE, devidamente acondicionadas juntamente com o veículo reparado.

**3.9** A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho.

**3.10** A empresa contratada deverá possuir atendimento em horário comercial.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**3.11** É vedada a empresa vencedora transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do certame, sem prévia e expressa anuência/autorização da Administração.

**3.12** Todos os serviços prestados pela vencedora deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**3.13** A Contratada realizará todos os serviços autorizados pela Contratante, de acordo com as técnicas e os tempos- padrão estabelecidos pelo fabricante.

**3.14** Em caso de retorno do veículo à oficina, após a realização da manutenção (corretiva ou preventiva), a contratada deverá formalizar, por escrito, os motivos do retorno.

**3.15** A contratada deverá disponibilizar na presente prestação de serviços: área de trabalho suficiente para a manutenção do veículo licitado; área fechada, coberta e segura para o veículo e equipamentos e ferramentas necessárias a prestação dos serviços.

<b>4.0      DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR PARA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO</b>
--

**4.1** A empresa credenciada deverá atender as seguintes exigências:

**4.1.1** Disponibilizar instalações mínimas como: boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;

**4.1.2** Possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores, balanceamentos e geometrias de rodas;

**4.1.3** Dispor de ferramentas atualizadas para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;

**4.1.4** Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;

**4.1.5** Dispor de equipe técnica especializada;

**4.1.6** Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da contratante, nas suas instalações, independentemente ou não da marca do veículo;

**4.1.7** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do Contrato.

**4.1.8** Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da contratante, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

responsabilidade a possíveis sub-licitante vencedoras ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do bem ao contratante.

**4.1.9** Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados, devolvendo os veículos para a contratante em perfeitas condições de funcionamento, observando-se, no que couber, as seguintes condições:

- a. Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços.
- b. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela contratante, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- c. Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, originais ou similares de primeiro uso, desde que atendidas às recomendações do fabricante do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização escrita da contratante.
- d. Fornecer em seu orçamento a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço, prazo de garantia e o custo dos serviços a serem empregados para aprovação da contratante.
- e. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações, se obriga prontamente a atender.
- f. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (equipamentos acessórios), causadas por seus empregados, prepostos, ou às sub-licitante vencedoras.
- g. Não aplicar materiais / serviços sem prévia autorização da contratante.
- h. Manter estrutura de Guincho ou Reboque para atendimento, quando necessário, para transporte do veículo com avaria.
- i. Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Gestor ou Comissão especialmente designados(s), pela contratante.
- j. Aceitar inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos consertados /recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado danos de média monta. Entendendo por média monta, os danos sofridos pelo veículo quando forem



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de equipamentos de segurança especificados pelo fabricante.

k. O pagamento das despesas relativas às vistorias e laudos técnicos, nas hipóteses a que se referem o item anterior, serão liquidadas através do contrato, sendo que a liquidação somente ocorrerá com a emissão da respectiva vistoria e / ou laudo.

**4.1.10** Atender às necessidades de manutenção da frota em regime de:

- a. Assistência a uma ou a multimarcas de veículos.
- b. Assistência a uma ou mais categorias de veículos.
- c. Assistência a uma ou a várias especialidades.

**4.1.11** Para os fornecimentos de peças, componentes e materiais para manutenção da frota da contratante, a rede de autopeças credenciada, deve:

- a. Somente fornecer peças, componentes, acessórios e materiais após autorização expressa da contratante.
- b. Fornecer garantia mínima conforme abaixo estabelecido:
  - Mínimo de 8 (oito) meses para as peças originais repostas e instaladas a partir da emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) ou fatura(s) ou o prazo estabelecido pelo fabricante da peça, se for maior que 08 meses, prevalecendo assim, em qualquer hipótese a garantia mínima de 08 (oito) meses;
  - 30 (trinta) dias para os serviços que não requeiram a utilização de peças, a partir da emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) ou fatura(s);
  - Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, exceto os serviços de lanternagem e pintura que terão garantia a combinar individualmente com cada credenciada;
  - As peças poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior ao da garantia mínima;

**4.1.12** Durante a garantia os estabelecimentos credenciados estão obrigados a:

- a. Substituir o material defeituoso, sem ônus.
- b. Corrigir defeitos de fabricação, sem ônus.
- c. Trocar o material no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de comunicação da CONTRATANTE, sem ônus.

<b>5.0 JUSTIFICATIVA</b>
--------------------------

**5.1** A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais prestados pelo Município de Fagundes-PB, por meio da manutenção corretiva e



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

preventiva da frota municipal, que inclui veículos leves e pesados, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

**5.2** Considerando a diversidade da frota, a variedade de serviços necessários e a imprevisibilidade de falhas ou panes mecânicas, faz-se necessária a adoção de um modelo de contratação que ofereça flexibilidade e ampla cobertura geográfica. Nesse contexto, o credenciamento revela-se o instrumento mais adequado, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, por possibilitar a habilitação de múltiplos prestadores aptos a fornecer serviços e insumos, de forma contínua e sob demanda, conforme necessidade da Administração.

**5.3** Ademais, o modelo permite à Administração selecionar fornecedores em regime não exclusivo, promovendo maior competitividade, celeridade na contratação, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios da Administração Pública (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). A divisão da execução contratual em regiões e o uso de rodízio entre os credenciados colaboram para o atendimento ágil, a redução de custos logísticos e o fortalecimento da fiscalização.

**5.4** A contratação ora proposta é, portanto, justificada pela natureza técnica, operacional e estratégica da manutenção da frota, indispensável ao pleno funcionamento dos serviços municipais de transporte, saúde, educação, agricultura, infraestrutura e outras áreas essenciais.

## **6.0 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1** Os pagamentos serão realizados mensalmente, após a efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal, acompanhada de relatório detalhado dos atendimentos realizados no período, devidamente atestados pela unidade requisitante.

**6.2** O valor a ser pago corresponderá exclusivamente aos serviços efetivamente prestados e devidamente autorizados, observando-se os valores unitários constantes do Anexo I – Tabela de Serviços.

**6.3** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do atesto da nota fiscal, conforme art. 141, I, da Lei nº 14.133/2021.

**6.4** O pagamento estará condicionado:

**6.4.1** à verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, com apresentação das respectivas certidões válidas;

**6.4.2** ao cumprimento das obrigações contratuais e qualidade dos serviços prestados;

**6.4.3** à compatibilidade dos dados faturados com os registros e autorizações emitidas pela Administração.

**6.5** Ocorrendo irregularidades ou inconsistências, total ou parcial, no documento fiscal ou nos relatórios de produção, o pagamento será glosado na parte correspondente ou suspenso integralmente, até que as pendências sejam regularizadas. O prazo de pagamento será reiniciado após a devida correção.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**6.6** As glosas parciais ou totais deverão ser comunicadas por escrito à instituição credenciada, com justificativa técnica do responsável pelo atesto, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**6.7** Incidirão sobre os pagamentos as retenções tributárias previstas na legislação vigente, como INSS, IRRF, ISSQN, PIS/COFINS/CSLL, conforme o regime tributário da empresa e a natureza dos serviços prestados.

**6.8** Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária, em conta corrente de titularidade da instituição credenciada, previamente informada.

**7.0 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO**

**7.1** A aceite/aprovação do (s) material/serviço (s) pelo órgão interessado não exclui a responsabilidade civil da empresa por vícios de quantidade do (s) material/serviço (s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

**7.2** A Credenciada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, objeto deste credenciamento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços fornecidos.

**7.3** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as condições contratuais.

**8.0 RELAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS**

VEICULO	PLACA	MARCA	ANO
FIAT ARGO	SKZ1A00	FIAT	2023
FIAT ARGO	SKV6D39	FIAT	2023
FIAT ARGO	TDG9B60	FIAT	2024
FIAT ARGO	RLX0C14	FIAT	2022
FIAT ARGO	RLX0B94	FIAT	2022
FIAT ARGO	SLB 7G64	FIAT	2024
FIAT ARGO	TOT6I69	FIAT	2024
FIAT ARGO	TOT6H79	FIAT	2024
SPIN	QFF7935	CHEVROLET	2014
KOMBI	OFY 9018	VOLKSWAGEN	2013
GOL 16	QFF 7773	VOLKSWAGEN	2017
FORD KA 28	QSK 4B03	FORD	2020
FORD KA 30	QSK 4A 23	FORD	2020
FORD KA 27	QSK4B43	FORD	2020
FORD KA 29	QSK4A53	FORD	2020
AMBULÂNCIA DOBLO	OGD 5656	FIAT	2013
AMBULÂNCIA FIORINO	NQF 1172	FIAT	2013





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

AMBULÂNCIA NOVA	RLZ0E92	FIAT	2024
AMBULÂNCIA FIORINO	QFN 5374	FIAT	2017
AMBULÂNCIA SAMU	QFZ 3691	MERCEDES	2018
AMBULÂNCIA FIORINO	QSE 0796	FIAT	2018
AMBULÂNCIA DO SAMU	TPH 1D20	RENAULT	2024
AMBULÂNCIA FIOR MODIFICAR	RLZ 0D82	FIAT	2024
MITSUBISHI L 200 TRITON	QSE 9038	MITSUBISHI	2018
MITSUBISHI L 200 TRITON	SDH 2C15	MITSUBISHI	2024
CAMINHONETE RANGER	NPV 6499	FORD	2011
CAMINHONETE RANGER	NPV 6239	FORD	2011
CAMINHONETE D20	MND 4536	CHEVROLET	1990
SAVEIRO	TPG 8G20	VOLKSWAGEN	2024
SAVEIRO	TPG 8J20	VOLKSWAGEN	2024
STRADA FREEDOM	SKZ0J90	FIAT	2023
CAMINHÃO PIPA PAC	OGG 3145	INTERNACIONAL	2013
CAÇAMBA PAC	NQE 4471	VOLKSWAGEN	2013
CAÇAMBA	HVH 4305	VOLKSWAGEN	1991
CAMINHÃO	MNL 3356	FOR CARGO	1997
CAMINHÃO 3/4 ARTEGO	SLF 9A77	MERCEDES 815	2022
VAN	QSE 2843	IVECO	2019
VAN	QSH 2655	RENAULT	2019
VAN	TPG 9B90	FIAT DUCATO	2024
VAN	TPG9B70	FIAT DUCATO	2024
VAN	SSO 2F80	RENAULT MASTER	2024
CAMINHÃO BAÚ SPRINT	RLV 2H07	MERCEDES	2021



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

MICRO ONIBUS BRANCO	MOF 5324	VOLKSWAGEN	2002
ONIBUS 01	OBY 1641	M.BENZ	2011
ONIBUS 02	OBY 1811	M.BENZ	2012
MICRO ONIBUS	OGC 5749	VOLARE	2014
MICRO ONIBUS	NPV 5G11	VOLARE	2013
ONIBUS	MOA 0172	VOLKSWAGEN	1998/1999
ONIBUS	OGE 4690	VOLKSWAGEN	2013
ONIBUS	OFD 5A68	VOLKSWAGEN	2011
ONIBUS	OGE 4700	VOLKSWAGEN	2013
ONIBUS	QFL 6A15	MERCEDES	2015
ONIBUS	OFG 2D62	MERCEDES	2017
ÔNIBUS	QFH 8F72	VOLKSWAGEN	2020
ÔNIBUS	RLZ 2J92	VOLKSWAGEN	2022
ÔNIBUS	QFL 3H21	VOLARE	2023
ÔNIBUS	RLZ 2J94	VOLKSWAGEN	2022
ÔNIBUS	SLD 6A12	VOLKSWAGEN	2024
MICROÔNIBUS	OGE 3057	IVECO	2013
ENCHEDEIRA	W 200	KOMATSU	2013
MOTONIVELADORA	120 K	CATERPILLAR	2013
TRATOR	275	MASSEY FERGUSON	2007
TRATOR	5085	JOHN DEERE	2018
TRATOR	TL5 80	NEW HOLLAND	2023
TRATOR	TL5 80 CABINADO	NEW HOLLAND	2024
TRATOR	TL5 90	NEW HOLLAND	2024
TRATOR DE ESTEIRA	7D	NEW HOLLAND	2014
ESCAVADEIRA PC	150	XCMG	2024
RETROESCAVADEIRA		XCMG	2024
MOTONIVELADORA		XCMG	2024

Fagundes, 16 de janeiro de 2026.

**WILMAR LEMOS MARANHÃO JÚNIOR**  
***Prefeito***



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO II  
MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO**

A  
Prefeitura Municipal de Fagundes/PB  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO  
FAGUNDES - PB.

**REF.:** CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026.

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Especialidade(s): \_\_\_\_\_  
Representante legal: \_\_\_\_\_

O proponente acima identificado vem requerer ao Prefeitura Municipal de Fagundes/PB, o credenciamento, neste ato, total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº \_\_\_\_/2025, inclusive com os valores e instruções gerais constantes na Tabela de Referência.

Para tanto, foram anexadas as documentações exigidas e prestadas as informações a seguir:

Item	Descrição	Marcar com X
1	<b>FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO DA FROTA</b>	
2	<b>FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NECESSÁRIA A MANUTENÇÃO DA FROTA</b>	

Declaro que conheço e aceito, em todos os seus termos, as condições do Edital de CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, e faço minha adesão ao mesmo sem qualquer restrição. Responsabilizo-me pela exatidão dos dados prestados que poderão ser constatados a qualquer tempo, comprometendo-me a informar qualquer alteração posterior que vier a correr.

Local e data



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

Atenciosamente,

-----  
Nome do representante Legal  
CPF Nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO III  
MODELO DE DECLARAÇÕES**

**DECLARAÇÃO**

**(NOME E QUALIFICAÇÃO DO (A) PROPONENTE), DECLARA para os devidos fins que:**

- 1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 2 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do envio das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021;
- 3 Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal;
- 4 Não está cumprindo penalidade por inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.
- 5 Declara, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que não ocupa cargo de funcionário público, nos termos do parágrafo quarto do artigo 26 da Lei 8.080/90.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

Local e data

-----  
Nome do representante Legal  
CPF Nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2026**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE FAZEM ENTRE SI, O PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES-PB E \_\_\_\_\_, MEDIANTE AS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS A SEGUIR PACTUADAS:**

Prefeitura Municipal de Fagundes - Rua Quebra Quilos, S/N - Centro - Fagundes - PB, CNPJ nº 08.737.694/0001-56, neste ato representada pelo Prefeito Wilmar Lemos Maranhão Júnior, Brasileiro, Empresário, residente e domiciliado na Sítio Antão, S/N - Zona Rural - Fagundes - PB, CPF nº 462.607.143-00, Carteira de Identidade nº 998036 SSP/PI, doravante simplesmente **CREDENCIANTE**, e, do outro lado, \_\_\_\_\_ com endereço à \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, inscrito no (CPF ou CNPJ) sob o nº \_\_\_\_\_, representado por \_\_\_\_\_, ao fim assinado, doravante denominado de **CREDENCIADO**, de acordo com o Edital de CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, com base no art. 74, caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO VEÍCULOS, MÁQUINAS PESADAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE FAGUNDES-PB, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1 - Fundamenta-se este contrato no Edital de Credenciamento nº 001/2026, e na Lei nº 14.133/2021.

**CLAUSULA TERCEIRA - VIGENCIA E PRORROGAÇÃO:**

3.1 Prazo de vigência da contratação é até de \_\_\_\_\_ 20XX, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogado, por interesse da Prefeitura Municipal de Fagundes/PB, e anuência do CREDENCIADO, por iguais e sucessivos





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo e consensual

#### **CLAUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação parcial dos serviços objeto do presente contrato.

#### **CLAUSULA QUINTA-PAGAMENTO**

5.1. O pagamento pelos serviços será efetuado conforme os valores fixados no edital e de acordo com as ordens de serviço emitidas pela Prefeitura de Fagundes, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e comprovação da execução.

#### **CLAUSULA SEXTA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

6.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3. E vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, e dever do contratado elimina-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6. E dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

6.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados a autoridade competente.

**CLAUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

7.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício abaixo indicadas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CLAUSULA OITAVO - DOS CASOS OMISSOS**

8.1. os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Fica eleito o Foro de Fagundes - PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

FAGUNDES, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**WILMAR LEMOS MARANHÃO JÚNIOR**  
**CONTRATANTE**

**Nome do Representante Legal**  
**Nome da Empresa**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

01. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

02. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF: